



# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

## SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ EM FOZ DO IGUAÇU

NOME: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

### ORIENTAÇÕES:

1. Responda às questões objetivas, marcando apenas 1 (uma) resposta certa para cada questão. Qualquer rasura importará na anulação da questão.
2. Responda às questões discursivas, não ultrapassando o limite delimitado.
3. A duração dessa prova é de 04 (quatro horas).
4. Os candidatos aprovados serão chamados para a próxima etapa, de entrevista, em horário, data e local a ser oportunamente informados.

### QUESTÕES OBJETIVAS

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

##### 1. A Constituição da República Federativa do Brasil vigente é classificada como:

- a) Promulgada, formal, rígida e escrita
- b) Outorgada, formal, rígida e não-escrita
- c) Promulgada, material, flexível e escrita
- d) Promulgada, material, rígida e escrita

##### 2. O poder constituinte derivado decorrente corresponde a:

- a) Poder constituinte que tem competência para a reforma da Constituição Federal, por meio das emendas constitucionais
- b) Poder constituinte que tem competência para a criação das Constituições Estaduais, com a obrigatória observância de algumas normas repetidas da Constituição Federal
- c) Poder constituinte que tem competência para a reforma da Constituição Estadual, por meio de emendas constitucionais
- d) Poder constituinte que tem competência para reforma da Constituição Federal, através da revisão constitucional

##### 3. Em relação a direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- b) Os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes à lei ordinária.
- d) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

##### 4. As cláusulas pétreas podem ser corretamente definidas da seguinte forma:

- a) Normas e princípios em relação aos quais não cabe emenda constitucional, independentemente de seu conteúdo
- b) Normas e princípios que trazem a estrutura administrativa organizacional do Estado, trazendo os princípios da Administração Pública
- c) Normas e princípios constitucionais que são protegidas, sendo que qualquer tentativa de sua abolição é tida por inconstitucional



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

d) Correspondente ao preâmbulo da Constituição Federal

### 5. Assinale a alternativa CORRETA em relação ao *habeas corpus*:

- a) Só pode ser impetrado por quem detenha capacidade postulatória ativa, isto é, através de advogado ou defensor público
- b) Só pode ser impetrado caso haja violação direta ao direito de ir e vir
- c) Não pode ser impetrado em primeiro grau, isto é, apenas pode ser apreciado por Desembargadores de Tribunais ou Ministros de Tribunais Superiores
- d) Admite pedido liminar

### 6. Assinale a alternativa INCORRETA em relação ao mandado de segurança:

- a) É remédio constitucional subsidiário, já que apenas pode ser manejado quando não for cabível *habeas corpus* ou *habeas data*
- b) Detém prazo decadencial de cento e vinte dias para sua impetração, a ser contado a partir da prática do ato coator, sendo que, após esse prazo, o autor não poderá buscar seu direito através de outras vias
- c) Admite a forma de impetração coletiva
- d) A autoridade coatora deve ser autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público

### 7. Em relação à Defensoria Pública, a Constituição Federal estabelece, EXCETO:

- a) Seus cargos serão providos mediante concurso de provas e títulos
- b) Seus integrantes detêm a garantia da inamovibilidade
- c) O Defensor Público poderá continuar exercendo a advocacia privada
- d) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária

### 8. São instrumentos de democracia semidireta previstos no Brasil, EXCETO:

- a) Plebiscito
- b) Referendo
- c) Iniciativa Popular
- d) Recall

### 9. Sobre os destinatários dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, marque a alternativa CORRETA:

- a) São inerentes a toda pessoa, pela simples condição de pessoa humana
- b) São aplicadas a todas as pessoas, exceto o estrangeiro em situação irregular no país
- c) Não são, em nenhuma hipótese, aplicados a pessoas jurídicas
- d) Não se aplicam, em nenhuma hipótese, ao nascituro

### 10. A República Federativa do Brasil é regida, nas suas relações internacionais, por alguns princípios previstos na Constituição Federal, EXCETO:

- a) A independência nacional
- b) A autodeterminação dos povos
- c) A igualdade entre os Estados
- d) A declaração de guerra externa, em situações excepcionais

## DIREITO CIVIL

### 11- Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O espólio de genitor do autor de ação de alimentos não possui legitimidade para figurar no polo passivo da ação na hipótese em que inexistir obrigação alimentar assumida pelo genitor por acordo ou decisão judicial antes da sua morte.
- b) A filiação materna ou paterna pode resultar de casamento declarado nulo, ainda mesmo sem as condições do putativo.
- c) Não é possível a interceptação telefônica no âmbito civil.
- d) As disposições relativas à guarda e prestação de alimentos aos filhos menores estendem-se aos maiores incapazes.

### 12- É CORRETO afirmar:

- a) Depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais
- b) São relativamente incapazes a certos atos, aqueles que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- c) A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

d) O paciente plenamente capaz não poderá deliberar sobre todos os aspectos concernentes a tratamento médico que possa lhe causar risco de vida, seja imediato ou mediato, salvo as situações de emergência ou no curso de procedimentos médicos cirúrgicos que não possam ser interrompidos

**13- Segundo o enunciado 168 do CJF/STJ “O princípio da boa-fé objetiva importa no reconhecimento de um direito a cumprir em favor do titular passivo da obrigação”. O Código Civil apresenta funções importantes da boa-fé objetiva, entre elas:**

- a) interpretação.
- b) submissão.
- c) defesa.
- d) inadimplemento.

**14- Em relação ao casamento, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O casamento válido só se dissolve pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio, aplicando-se a presunção estabelecida neste Código quanto ao ausente
- b) O divórcio modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos.
- c) Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro.
- d) O casamento celebrado no Brasil prova-se pela certidão do registro.

**15- São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:**

- a) os maiores de dezesseis anos.
- b) os que, por enfermidade ou deficiência mental, tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- c) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- d) pródigos.

**16- Em relação aos alimentos é INCORRETO afirmar:**

- a) Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais
- b) O direito à prestação de alimentos não é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a

obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros

c) Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

d) Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**17- É competente o foro: (QUESTÃO ANULADA E CONSIDERADA PARA TODOS OS CANDIDATOS)**

- a) do domicílio ou da residência do alimentado, para a ação em que se pedem alimentos;
- b) do domicílio do credor, para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos;
- c) do lugar, onde está a sede, para a ação em que for ré a pessoa jurídica;
- d) do domicílio do devedor, para a ação de reparação do dano;

**18- O prazo para oferecer contestação é: (QUESTÃO ANULADA E CONSIDERADA PARA TODOS OS CANDIDATOS)**

- a) de 15 dias, da juntada do mandado de intimação;
- b) 15 dias
- c) 10 dias, da juntada do mandado de intimação
- d) 10 dias

**19- O réu poderá impugnar o valor da causa:**

a) no prazo da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor. A impugnação será atuada em apenso, ouvindo-se o autor no prazo de 5 (cinco) dias. Em seguida o juiz, sem suspender o processo, servindo-se, quando necessário, do auxílio de perito, determinará, no prazo de 10 (dez) dias, o valor da causa

b) após a contestação, o valor atribuído à causa pelo autor. A impugnação será atuada em apenso, ouvindo-se o autor no prazo de 5 (cinco) dias. Em seguida o juiz, sem suspender o processo, servindo-se, quando necessário, do auxílio de perito, determinará, no prazo de 10 (dez) dias, o valor da causa

c) no prazo da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor. A impugnação não será atuada em apenso, ouvindo-se o autor no prazo de 5 (cinco) dias. Em seguida o juiz, sem suspender o processo, servindo-se, quando



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

necessário, do auxílio de perito, determinará, no prazo de 10 (dez) dias, o valor da causa

d) no prazo da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor. A impugnação será autuada em apenso, ouvindo-se o autor no prazo de 5 (cinco) dias. Em seguida o juiz, sem suspender o processo, servindo-se, quando necessário, do auxílio de perito, determinará, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor da causa

**20- Segundo o artigo 282 do Código de Processo Civil, a petição inicial indicará: (QUESTÃO ANULADA E CONSIDERADA PARA TODOS OS CANDIDATOS)**

- a) o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;
- b) o pedido, com as suas especificações;
- c) o valor da causa;
- d) pedido de intimação do Ministério Público.

**21- Em relação aos recursos, assinale alternativa CORRETA:**

- a) A contagem dos prazos para a interposição de recursos pela Defensoria Pública começa a fluir da data do recebimento dos autos com vista no respectivo órgão, e não da ciência pelo seu membro no processo.
- b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- c) Interposto o agravo, e ouvido o agravado no prazo de 10 (dez) dias, o juiz não poderá reformar sua decisão.
- d) Da decisão do relator que não conhecer do agravo, negar-lhe provimento ou decidir, desde logo, o recurso não é admitido na origem, caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, ao órgão competente, observado o disposto nos §§ 1o e 2o do art. 557.

**22- É CORRETO afirmar:**

- a) Na execução de sentença ou de decisão, que fixa os alimentos provisionais, o juiz mandará citar o devedor para, em 3 (três) dias, efetuar o pagamento, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.
- b) Na execução de sentença ou de decisão, que fixa os alimentos provisionais, o juiz mandará citar o devedor para, em 10 (dez) dias, efetuar o pagamento, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.
- c) Na execução de sentença ou de decisão, que fixa os alimentos provisionais, o juiz mandará intimar o devedor para, em 3 (três) dias, efetuar o pagamento, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.

d) Na execução de sentença ou de decisão, que fixa os alimentos provisionais é vedada a decretação da prisão do devedor.

**23- A incompetência absoluta poderá ser alegada:**

- a) Apenas antes do encerramento do processo.
- b) antes da apresentação da contestação.
- c) a qualquer momento, até o final para o prazo para ação rescisória.
- d) apenas antes do trânsito em julgado da sentença.

**24- O princípio da eventualidade para o réu:**

- a) exige a exposição de todas as matérias de defesa de forma cumulada e alternativa, na contestação.
- b) exige que o réu apresente a contestação no prazo de 15 dias.
- c) exige impugnação específica de todos os fatos narrados na exordial.
- d) exige que o réu apresente fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

**25- É CORRETO afirmar:**

- a) É possível ao magistrado determinar, de ofício ou a requerimento das partes, o bloqueio ou sequestro de verbas privadas como medida coercitiva para o fornecimento de medicamentos pelo Estado, na hipótese em que a demora no cumprimento da obrigação acarrete risco à saúde e à vida do demandante.
- b) É vedado ao magistrado determinar, de ofício, o bloqueio ou sequestro de verbas públicas como medida coercitiva para o fornecimento de medicamentos pelo Estado na hipótese em que a demora no cumprimento da obrigação acarrete risco à saúde e à vida do demandante.
- c) Não é possível ao magistrado determinar, de ofício ou a requerimento das partes, o bloqueio ou sequestro de verbas públicas como medida coercitiva para o fornecimento de medicamentos pelo Estado na hipótese em que a demora no cumprimento da obrigação acarrete risco à saúde e à vida do demandante.
- d) É possível ao magistrado determinar, de ofício ou a requerimento das partes, o bloqueio ou sequestro de verbas públicas como medida coercitiva para o fornecimento de medicamentos pelo Estado na hipótese em que a demora no cumprimento da obrigação acarrete risco à saúde e à vida do demandante.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

### DIREITO PENAL

**26 – Segundo a teoria tripartite do crime, mais aceita na atual doutrina penal brasileira, o crime é constituído de:**

- a) **tipicidade, ilicitude e culpabilidade;**
- b) tipicidade conglobante, culpabilidade e punibilidade;
- c) tipicidade, ilicitude e punibilidade;
- d) ilicitude, culpabilidade e punibilidade.

**27 – São princípios que norteiam o direito penal, EXCETO:**

- a) A legalidade;
- b) A subsidiariedade;
- c) **A saisine;**
- d) A proporcionalidade.

**28 – João, decidido a matar Pedro, inicia sua empreitada criminosa. Aproveita quando Pedro está saindo de sua casa em Foz do Iguaçu e o persegue de moto. Quando Pedro para no sinal vermelho, João dispara um tiro de arma de fogo, que passa de raspão e não atinge Pedro. Assim, Pedro acelera seu carro para fugir, e João o persegue. A perseguição vai até a Cidade do Leste, no Paraguai, momento em que João consegue atingir Pedro na cabeça e esse morre na hora. Para fins de aplicação do Direito Penal, considera-se o crime cometido:**

- a) Em Foz do Iguaçu, uma vez que se aplica a teoria da atividade, da qual só é considerado lugar do crime o lugar onde iniciou a ação.
- b) Na Cidade do Leste, uma vez que se aplica a teoria do resultado, da qual só é considerado lugar do crime o lugar onde ocorreu ou deveria ocorrer o resultado.
- c) **Em Foz do Iguaçu ou Cidade do Leste, uma vez que se aplica a teoria da ubiquidade, da qual considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.**
- d) Nenhuma das respostas anteriores, já que o lugar do crime só é importante para o processo penal e não para o direito penal.

**29 – Sobre o concurso de crimes, marque a alternativa CORRETA:**

- a) Concurso formal próprio é aquele no qual com uma única conduta o agente pratica dois ou mais crimes, e o agente tem consciência e vontade em relação a cada um deles. No cálculo da pena se aplica a exasperação.

b) Concurso formal impróprio é aquele no qual com uma única conduta o agente pratica dois ou mais crimes, e a unidade de comportamento corresponde a unidade interna de vontade do agente. No cálculo da pena se aplica o cumulo material.

c) Concurso material é aquele no qual com mais de uma conduta o agente pratica dois ou mais crimes. No cálculo da pena se aplica a exasperação.

d) **Crime continuado é aquele no qual com mais de uma conduta o agente pratica dois ou mais crimes da mesma espécie, devendo, os subsequentes, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhanças, ser havido como continuação do primeiro. No cálculo da pena se aplica a exasperação.**

**30 – João, primário, com circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal favoráveis, é condenado a uma pena de 4 anos e 6 meses de reclusão. O regime inicial de cumprimento da pena deverá ser:**

- a) aberto;
- b) **semiaberto;**
- c) fechado;
- d) regime disciplinar diferenciado.

**31- João pratica fato definido como crime para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se. Não houve crime porque há causa excludente da:**

- a) tipicidade
- b) **ilicitude**
- c) culpabilidade
- d) punibilidade

**32 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime, EXCETO:**

- a) **o crime praticado estimula outros delitos;**
- b) a reincidência;
- c) ter o agente cometido crime por motivo fútil;
- d) ter o agente cometido o crime em estado de embriaguez preordenada.

**33 – João comete o crime de lesões corporais leves, tendo como vítima sua esposa Maria. A ação penal será:**



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

- a) pública condicionada a representação;
- b) privada;
- c) privada subsidiária da pública;
- d) pública incondicionada.

### 34 – Extingue-se a punibilidade, EXCETO:

- a) pela prescrição;
- b) pela morte da vítima;
- c) pela morte do agente;
- d) pela perempção.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### 35– Sobre os sistemas processuais marque a alternativa CORRETA:

- a) o sistema inquisitório, com aplicação durante a instrução probatória no processo penal brasileiro, possibilita que o juiz inicie qualquer processo penal de ofício.
- b) o sistema inquisitório, sem qualquer aplicação no processo penal brasileiro, determina a necessidade da existência de um órgão acusador separado do órgão julgador, sendo que este último deve ser sempre imparcial.
- c) o sistema acusatório, sem qualquer aplicação no processo penal brasileiro, possibilita que o juiz inicie qualquer processo penal de ofício.
- d) o sistema acusatório, com aplicação durante a instrução probatória no processo penal brasileiro, determina a necessidade da existência de um órgão acusador separado do órgão julgador, sendo que este último deve ser sempre imparcial.

### 36 – Sobre a prisão preventiva, marque a alternativa INCORRETA:

- a) é possível em qualquer caso, nunca dependendo da pena prevista em abstrato, uma vez que por se tratar de medida cautelar, não necessita de observar qual seria a pena eventualmente aplicada ao final do processo;
- b) para sua decretação requer prova da materialidade e apenas indícios suficientes de autoria;
- c) pode ser fundada como garantia da ordem pública e de aplicação da lei penal;
- d) pode ser decretada tanto na fase pré-processual como na fase processual.

### 37 – Sobre as nulidades, marque a alternativa CORRETA:

- a) a falta de interrogatório não gera nulidade da sentença condenatória;
- b) a condenação pelo juiz por fatos distintos daqueles descritos na denúncia, sem observar o instituto da *mutatio libelli* acarreta nulidade da sentença.
- c) a sentença absolutória dada sem a oitiva de testemunha arrolada pela defesa, da qual não houve a desistência, gera nulidade da sentença.
- d) o Ministério Público pode alegar a nulidade da sentença absolutória fundada em prova ilícita produzida pela acusação.

### 38 – Da decisão que pronuncia o réu cabe:

- a) apelação;
- b) recurso em sentido estrito;
- c) embargos infringentes;
- d) recurso inominado.

### 39 – São causas de absolvição sumária após a resposta à acusação, EXCETO:

- a) a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
- b) estar extinta a punibilidade do agente;
- c) a inimputabilidade;
- d) que o fato narrado evidentemente não constitui crime.

### 40 – A condenação pelo crime de tráfico de drogas, sem o laudo toxicológico definitivo é:

- a) possível, desde que o juiz, com base no livre convencimento motivado, fundamente a condenação nas demais provas produzidas;
- b) possível, desde que alguma pessoa que usou a droga apresente testemunho;
- c) não é possível, sendo causa de extinção da punibilidade;
- d) não é possível, sendo causa de nulidade.

## ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### 41- Assinale a alternativa correta, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Considera-se criança toda pessoa com até 18 anos de idade incompletos;
- b) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade;



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

c) Considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade;

d) Considera-se crianças, a pessoa com até quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade;

### 42- Analise as assertivas a seguir e responda:

I- A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;

II- É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

III- É garantido às crianças e aos adolescentes a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; mas não é dado ao Estado destinar de forma privilegiada recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude; e

IV- Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I e II;
- b) I, II e III;
- c) I, II e IV;
- d) II e IV.

43- Assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. São formas de colocação em família substituta:

- a) Guarda;
- b) Adoção;
- c) Tutela;
- d) Termo de responsabilidade expedido pelo Conselho Tutelar;

44- Assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. São medidas socioeducativas:

- a) Internação;
- b) Comparecimento mensal em juízo;
- c) Liberdade assistida;
- d) Advertência.

45- De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e da jurisprudência dos nossos tribunais superiores, podem adotar, EXCETO:

- a) Os ascendentes e os irmãos do adotando;
- b) Casais homossexuais;
- c) Divorciados, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão;
- d) Maiores de 18 (dezoito) anos independentemente do estado civil.

### PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

46- De acordo com a Lei Complementar 80/94, qual das alternativas NÃO faz parte dos objetivos da Defensoria Pública:

- a) a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;
- b) a prevalência e efetividade dos direitos humanos;
- c) a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório;
- d) garantir o desenvolvimento nacional.

47- De acordo com a Lei Complementar 80/94, qual das alternativas NÃO traz uma função institucional da Defensoria Pública:

- a) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus;
- b) promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

demais técnicas de composição e administração de conflitos;

c) promover, privativamente, a ação penal pública;

d) promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;

**48- De acordo com o artigo 134 da Constituição Federal, a Defensoria Pública é:**

a) instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo;

b) instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.);

c) carreira integrante do Tribunal de Justiça;

d) instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

**49- De acordo com a Lei Complementar 80/94, a Defensoria Pública NÃO abrange:**

a) a Defensoria Pública da União;

b) a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

c) as Defensorias Públicas dos Municípios;

d) as Defensorias Públicas dos Estados;

**50- Analise as assertivas a seguir e responda:**

I- A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado;

II- Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária;

III- São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional; e

IV- Não é garantido aos membros da Defensoria Pública sentar-se no mesmo plano que Ministério Público.

Estão corretas apenas as assertivas:

a) I e II;

b) I, II e III;

c) III e IV;

d) II e IV.



